



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"



GABINETE DO DEPUTADO MARCOS JORGE

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 065/2025

**Concede a Comenda Orgulho de Roraima às pessoas que indica e dá outras providências.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, decreta:

**Art. 1º** Fica concedida a Comenda Orgulho de Roraima, aos Senhores:

- I. Enfermeiro e Oficial da Reserva R2 Mauricio Caldart;
- II. 1º TEN QEO PM Fernando Robson Lobato Bindá;
- III. 2º TEN QEO PM Emilangelo Medeiros E Silva;
- IV. ST QPC PM Ciro Marlon Do Vale Canuto;
- V. 2º SGT QEP PM Luigio Almeida Pinheiro;
- VI. 3º SGT QPC PM Isaías Braz Da Silva;
- VII. 3º SGT QPC PM Wendell Martins De Albuquerque;
- VIII. AL SGT QEP PM Débora Cartano De Assis;
- IX. SD QPC PM Elizangela Salvador Castello Branco;
- X. SD QPC PM Arlete Mendes Rêgo.

Pelos relevantes serviços prestados ao Estado de Roraima, nos termos da Resolução Legislativa nº 010, de 07 de abril de 2009.

**Art. 2º** A Mesa Diretora adotará as providências necessárias para a realização da Sessão Ordinária de entrega da comenda constante do presente instrumento normativo.

**Art. 3º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Augusto Martins, 22 de julho de 2025.

**MARCOS JORGE**  
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa de Roraima – Gabinete 306  
Praça do Centro Cívico, 202 – Boa Vista – RR  
depmarcosjorge@al.rr.leg.br  
@marcosjorgebv

DEPUTADO ESTADUAL  
**MARCOS JORGE**



## JUSTIFICATIVA

No intrincado tecido social, os Profissionais da Segurança Pública (PSP) desempenham um papel crucial na salvaguarda e promoção dos direitos humanos, especialmente em face de violações perpetradas por infrações penais. Contudo, por trás das fardas e distintivos, esconde-se uma realidade frequentemente negligenciada: a vitimização policial, que não faz distinção entre os momentos de serviço e os períodos de folga. Durante o exercício de suas funções, esses profissionais operam sob a égide de capacitações institucionais e protocolos de conduta, que, embora essenciais, nem sempre se mostram suficientes para resguardar suas vidas e integridade física, dado o alarmante número de lesões e fatalidades ocorridas em serviço.

Ademais, mesmo em momentos de descanso, os PSPs podem ser alvo de violência e intimidação, fatores que contribuem para um elevado índice de mortalidade. Este risco constante permeia suas existências, criando um ambiente de tensão que se estende às suas famílias. Assim, é imperativo reconhecer a importância de proteger os direitos daqueles que se arriscam em prol da segurança alheia, o que inclui a oferta de treinamento adequado e recursos materiais para enfrentar tais adversidades, além da promoção de uma cultura institucional que valorize os direitos humanos dos profissionais de segurança.

A formação contínua e qualificada desses agentes é um dos pilares da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, conforme estabelecido pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Em busca da mitigação da vitimização, tanto em serviço quanto fora dele, surgem protocolos de atendimento a feridos em combate, inspirados em iniciativas como o Tactical Emergency Casualty Care (TECCC), que, respaldados por estudos científicos, demonstram eficácia na redução da morbidade e mortalidade entre os agentes.

No Brasil, diversas iniciativas têm sido implementadas para a adoção de protocolos e treinamentos em Atendimento Pré-Hospitalar Tático, embora o cenário frequentemente se revele desafiador, com ambientes hostis e recursos limitados.

Em 2023, após a participação no Curso de Atendimento Pré-Hospitalar Policial - Protocolo MARC 1, o 1º TEN QEO PM Fernando Robson Lobato Bindá, o 1º TEN QCO PM Ednelma Ribeiro Veras e o Enfermeiro e Oficial da





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos Brasileiros"

GABINETE DO DEPUTADO MARCOS JORGE



Reserva R2 Maurício Caldart, cientes da necessidade premente de disseminar tal conhecimento, deslocaram-se ao Distrito Federal. Com recursos próprios, buscaram aprimorar suas habilidades e se tornaram multiplicadores do saber, através de um curso oferecido pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT).

Retornando ao seu estado, os militares, agora na condição de instrutores, investiram em materiais necessários para capacitar os profissionais de segurança pública de Roraima, com especial ênfase na PMRR. Em um período de quase dois anos, foram realizados sete cursos de Atendimento Pré-Hospitalar em Combate, abrangendo não apenas a Polícia Militar, mas também a Polícia Civil, a Polícia Rodoviária Federal, a Guarda Civil Municipal de Boa Vista, Agentes de Trânsito do Detran, além de militares do Exército Brasileiro e da Força Aérea. O alcance das capacitações se estendeu até policiais penais e agentes de outros estados, totalizando cerca de 595 profissionais treinados, evidenciando o impacto positivo e a relevância dessa iniciativa.



Assembleia Legislativa de Roraima – Gabinete 306  
Praça do Centro Cívico, 202 – Boa Vista – RR  
depmarcosjorge@al.rr.leg.br  
@marcosjorgebv

DEPUTADO ESTADUAL  
**MARCOS JORGE**